



PSD p.9

PSD desafia PS a submeter propostas a uma auditoria independente



PSD p.10

Subordinação do poder económico ao político

POVO LIVRE



nº 1873

29 de Abril de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

UM PROJECTO VENCEDOR PARA PORTUGAL



Anúncio da coligação entre o PSD e CDS-PP nas eleições legislativas de 2015

Um projecto vencedor para Portugal



Os presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, assinaram sábado, 25 de Abril, num hotel em Lisboa, um compromisso para uma coligação entre os dois partidos nas eleições legislativas. O acordo prevê a elaboração de listas conjuntas com base nos resultados das últimas legislativas. "A aliança que proporemos ao PSD e ao CDS envolve a constituição de listas eleitorais conjuntas. Serão baseadas na representação que os dois Partidos obtiveram nas últimas eleições legislativas, cumprirão os preceitos legais de igualdade de género e terão espaço para que sectores independentes e inovadores se juntem e contribuam para um projecto vencedor", lê-se no documento.

O presidente do PSD evocou o 25 de Abril na assinatura do compromisso de coligação com o CDS-PP, defendendo que a "via da responsabilidade" trará aos portugueses "um futuro com mais prosperidade", como a revolução dos cravos prometeu. "Neste dia carregado de simbolismo, em que celebramos a liberdade, e numa altura em que, graças aos portugueses, podemos encarar o futuro com mais sonho, com mais esperança e de uma forma mais livre, sabemos que só nos libertaremos das más notícias do passado se escolhermos a via da responsabilidade", declarou Pedro Passos Coelho.

Ao lado do presidente do CDS-PP, na assinatura do compromisso para uma coligação entre os dois partidos, o também Primeiro-Ministro, argumentou que é essa via que fará o país "crescer ainda mais e mobilizar todos para um futuro com mais prosperidade, como os portugueses merecem e como o dia 25 de Abril de 1974 prometeu a todos os portugueses, com tolerância e isenção na pluralidade das opiniões".

Passos Coelho referiu que "nunca se fez uma coligação que trouxesse tanta estabilidade". Esta aliança forte de projecto "está a recuperar o país" e seria uma "contradição se não estivesse disponível para se renovar". "Esta aliança conseguiu sempre fazer o que era preciso fazer" mas, apesar disso, "muito tem ainda que ser feito".

Os portugueses têm de escolher "se querem seguir em frente ou se preferem olhar para trás". "Estamos a ca-

minhar bem, mas ser cauteloso nunca fez mal". "Nestes próximos anos teremos boas oportunidades para agarrar (fundos comunitários, taxas de juro, plano Juncker, preço mais baixo do petróleo). Temos a obrigação de deixar Portugal livre de perigo", acrescentou Passos Coelho.

Paulo Portas também se referiu à efeméride, sublinhando a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, que decorreram há 40 anos, um ano depois da revolução dos cravos. "Passam hoje 40 anos sobre as primeiras eleições livres e democráticas em Portugal. A liberdade que o 25 de Abril trouxe é de todos e para todos", apontou. "É no uso dessa liberdade que hoje anunciamos um facto que é em si mesmo uma forte manifestação de vontade política: defenderemos nos órgãos dos nossos partidos que o interesse de Portugal é a razão - e essa razão chega - para realizar uma aliança que une as nossas forças, alarga o nosso espaço abrindo a sectores independentes e inovadores", sublinhou.

Paulo Portas garantiu que o projecto de coligação contém "projecto de futuro". "Quando o mais difícil já passou é mais seguro entregar o Governo a partidos que estão mais próximos da economia real ou devolver o país a quem chamou a 'troika'".

A coligação, acrescenta Portas, tem definidas as "prioridades para o futuro". Entre elas a "recuperação do poder de compra e a eliminação da sobretaxa", entre outras medidas. O "plano é viável", acrescenta.

Paulo Portas diz ainda que os dois partidos (PSD e CDS) têm história nas políticas sociais. A ideia é trabalhar "pela coesão entre gerações" e "diminuir o desemprego jovem". Esta será uma "maioria de Governo estável", apesar de serem "partidos diferentes", mas "com cultura de compromisso e capacidade de entendimento".

Virando-se para Pedro Passos Coelho, Paulo Portas afirmou: "Podemos vencer" porque têm a "mais credível das opções de Governo para Portugal".

Pedro Passos Coelho e Paulo Portas comprometem-se, na declaração conjunta que assinaram, a fazer uma aliança para as legislativas "aberta a independentes" e uma "campanha pela positiva". Quanto ao programa

político dessa futura coligação pré-eleitoral, propõem "eliminar, gradual mas firmemente, as medidas restritivas" e sustentam que o seu modelo económico, "se for bem gerido, faz avançar a economia, dá margem para o desagravamento fiscal e permite melhorar a qualidade do serviço e do apoio nas políticas sociais".

O compromisso para uma coligação pré-eleitoral estipula que os dois partidos dialoguem para, após as legislativas, apoiarem um candidato presidencial. "A aliança que proporemos aos nossos partidos respeitará as autonomias regionais e incluirá o necessário diálogo para que, depois das eleições legislativas, apoiemos um candidato presidencial, tendo em atenção que as eleições presidenciais implicam decisões de vontade individual que não se esgotam nem dependem unicamente da esfera partidária", refere o documento.

Há mais de 30 anos que sociais-democratas e centristas não se apresentam juntos em legislativas, desde as eleições de 5 Outubro de 1980, às quais concorreram coligados pela segunda vez, mais o PPM, na Aliança Democrática (AD) - repetindo o formato com que tinham vencido as anteriores eleições intercalares de 2 de Dezembro de 1979. Quanto ao histórico de governação conjunta, antes do actual Governo, formaram juntos cinco executivos: três nos tempos da AD, entre 1980 e 1983, e dois entre 2002 e 2005 - nenhum desses governos, contudo, completou uma legislatura em funções.

Esta cerimónia teve início pelas 20h10, sem a presença de dirigentes dos dois partidos na assistência. Em fundo, estavam oito bandeiras, duas de cada um dos partidos, duas Portugal e duas da União Europeia, intercaladas.

Pedro Passos Coelho e Paulo Portas entraram lado a lado na sala e fizeram curtas intervenções. Primeiro falou o presidente do CDS-PP, depois o do PSD. Seguiu-se a assinatura da declaração conjunta, selada com um aperto de mão, perto das 20h25. O compromisso para uma coligação pré-eleitoral entre PSD e CDS-PP será sujeito aos órgãos de ambos os partidos na quarta-feira, dia 29 de Abril.

Exportações para Marrocos poderão chegar aos mil milhões de euros



As exportações portuguesas anuais para Marrocos poderão chegar brevemente a perto de mil milhões de euros. No final da XII Cimeira Luso-Marroquina, realizada no Palácio das Necessidades, em Lisboa, Pedro Passos Coelho destacou o facto de ter ficado acordada entre os governos dos dois países a criação de um Observatório dos Investimentos para “identificar e impulsionar oportunidades”, salientando: “É um instrumento que não temos com muitos países”.

Numa conferência de imprensa com o seu homólogo marroquino, Abdelillah Benkirane, Passos Coelho considerou que a evolução das trocas comerciais entre Portugal e Marrocos “tem sido bastante positiva desde 2010, duplicando praticamente o valor que se registava então”, o que no seu entender “não é pouco”.

O chefe do Executivo referiu que “o número de empresas portuguesas a actuar em Marrocos também duplicou” e assinalou que este país do Magrebe é o



“segundo maior destino” das exportações portuguesas em África, a seguir a Angola, ficando à frente dos outros países africanos de língua portuguesa.

No que respeita às exportações, Passos Coelho acrescentou: “Temos boas razões para sermos ambiciosos nos objectivos que possamos vir a atingir. Nós não fixámos um valor exacto, por exemplo, para as exportações portuguesas. Não me espantaria que muito proximamente pudessemos chegar a perto de mil milhões de euros

de exportações para Marrocos e de procurar intensificar ainda mais o investimento”.

Na cimeira luso-marroquina de 20 de Abril, foram assinados um acordo sobre segurança interna, outro para a criação de uma entidade denominada Observatório dos Investimentos, mais três acordos sobre turismo, transportes e linhas marítimas, e três acordos nos domínios da energia, desporto e juventude e formação diplomática.

Plano socialista representa o passado

O plano macroeconómico apresentado pelo PS representa um regresso ao passado de incentivo ao consumo e tem uma dimensão “eleitoralista”, alegando que a estratégia do Governo é prudente, realista e dissociada das eleições.

Em declarações aos jornalistas, à margem do 7.º Congresso da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), no Centro de Congressos do Estoril, dia 22, Pedro Passos Coelho ressaltou que não gosta de se “pronunciar precipitadamente” sobre coisas que não estudou com detalhe, mas deixou “uma primeira opinião” sobre o plano macroeconómico do PS. “De um modo geral, as medidas que são apresentadas visam menos resolver os problemas do país e mais ajudar o PS para as eleições. É assim uma impressão que me fica”, declarou o chefe do executivo PSD/CDS-PP aos jornalistas, concluindo: “Elas são claramente representativas de uma estratégia económica que não é a nossa, é uma estratégia económica que o PS já defendeu no passado, já executou no passado e cujos resultados os portugueses conhecem”.

Antes, na intervenção que fez no 7.º Congresso da CAP, Passos Coelho antecipou tempos “incomparavelmente mais risonhos”, sustentando que as políticas seguidas pelo actual Governo deram lugar a “um novo ciclo de expansão económica e de criação de emprego”, com “um crescimento económico em aceleração” e que se vai processar “sem produzir dívida pública nem dívida externa”.

Neste discurso, advertiu para os perigos do “irrealismo” e do “optimismo no planeamento da política orçamental” e, no que respeita à agricultura, apontou-a como uma “aposta no futuro” da maioria PSD/CDS-PP, acusando os anteriores governos do PS de terem tratado o sector com indiferença.

Quanto ao plano macroeconómico do PS, o primeiro-ministro apontou as previsões nele contidas como “uma espécie de confissão envergonhada” de que “o país não se encontra nas mesmas circunstâncias de 2011”, e de que hoje é possível “fazer escolhas com mais liberdade sobre o futuro”.

Quanto às opções dos socialistas, considerou: “O que PS faz é, com menos prudência e, portanto, com mais risco, dizer que remove mais rapidamente medidas restritivas - tomara eu poder fazê-lo também, com alguma segurança - e que sobretudo aposta numa recuperação da nossa economia através do consumo: quer dizer,



dando mais dinheiro às pessoas para as pessoas gastarem”. “Ora, isso de certa maneira, representa em termos de princípios e de filosofia um regresso ao passado”, acrescentou.

No seu entender, “o PS prefere para já aumentar a despesa, depois logo veremos se as receitas virão ou não”. O Governo, contrapôs o Primeiro-Ministro, propõe “um caminho prudente, realista, que evita os erros do passado”, e não está “a trabalhar para as eleições”.

Pedro Passos Coelho elogiou o papel “crucial” que o sector agro-alimentar e bebidas protagonizou na descida do défice português, lembrando que foram exportados “seis mil milhões de euros, o que correspondeu a um aumento de 7,8 por cento - acima do crescimento das exportações na maioria dos restantes sectores”.

Considerando que esta “evolução admirável é fruto do trabalho de empresários e trabalhadores”, o primeiro-ministro lembrou o papel que o Governo também teve nesta questão.

“Da parte do Governo quisemos facilitar esse trabalho e suprimir dificuldades, indo com as empresas abrir novos mercados aos produtos nacionais”, afirmou.

Depois de fazer uma retrospectiva dos últimos anos do sector agrícola, frisando que no que toca aos fundos europeus e “em termos comparativos ficámos com meios de financiamento acima do de países em circunstâncias semelhantes à nossa”, o primeiro-ministro falou então do futuro.

“Os tempos que temos pela frente são incomparavelmente mais risonhos do que este período que deixamos para trás, mas é importante compreender isto para que não cometamos os mesmos erros do passado”, começou por dizer.

Passos Coelho sublinhou que “os próximos anos não são fruto do acaso”, mas sim resultado de uma “estratégia que todos os agricultores conhecem: preparar o terreno para colher os frutos mais à frente”, mas, frisou, sempre com os “pés bem assentes na terra”.

“E fazer tudo isto com plena consciência de que temos, no que fazemos hoje, de preparar o amanhã e não cortar a árvore pela raiz como se o amanhã não chegasse”, apontou. E concluiu: “Portugal aprendeu da forma mais dura que o amanhã chegou de forma muito rápida e traz, por vezes, más notícias para todos, sobretudo para se colher uns benefícios de curto prazo quando se compromete demasiado o país”.

Portugal tem condições para liderar “crescimento verde”

“Se formos criativos e metódicos no aproveitamento das nossas infra-estruturas e no investimento dos nossos talentos, teremos um mundo de oportunidades à nossa frente na área do ambiente”, sublinhou o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, na assinatura do Compromisso para o Crescimento Verde, em Lisboa, dia 22.

Passos Coelho classificou ainda o crescimento verde como “peça chave” da nova fase de desenvolvimento que já está a acontecer, defendendo que a crise ambiental não pode ser mais ignorada, com a perda da biodiversidade, degradação e crescente pressão sobre os recursos naturais. “A correcção das trajectórias de insustentabilidade não pode ser mais adiada, sob pena dos problemas se tornarem irremediáveis. É o nosso futuro comum que está em causa”, advogou.

Sublinhando que “Portugal tem todas as condições para ser bem-sucedido neste domínio”, o Primeiro-Ministro considera que “na área do crescimento verde, temos vantagens competitivas a nível mundial”.

“A correcção das trajectórias de insustentabilidade não pode ser mais adiada, sob pena dos problemas se tornarem irremediáveis. É o nosso futuro comum que está em causa”, referiu ainda Pedro Passos Coelho.

“É por isso que agora é o momento certo para, apoiados nas reformas que foram feitas nas áreas da energia, do ordenamento do território, do ambiente e da fiscalidade verde, avançarmos com uma estratégia coerente e concertada. Depois das reformas que introduzimos no sector dos resíduos, no sector das águas, no licenciamento ambiental; depois da nova lei de bases dos solos e nas várias reformas estruturais no sector da energia e na eficiência energética, podemos agora ser mais ambiciosos”, frisou.

De acordo com o chefe do Governo, “o crescimento verde é uma peça central na nova fase de crescimento que já estamos a testemunhar. As principais metas e iniciativas do Compromisso são: aumentar o “PIB verde” em 5 por cento ao ano; suplicar o “emprego verde” até 2030; atingir 40 por cento de energias renováveis no consumo final de energia, também até 2030; reduzir o consumo de energia no PIB em 1,4 por cento ao ano; reduzir as perdas de água de 40 por cento para 20 por cento de água não facturada colocada na rede até 2030; aumentar a percentagem da reabilitação urbana na construção civil, de 10 por cento (em 2013), para 17 por cento (em 2020), e para 23 por cento (em 2030).

“O Compromisso tem um conteúdo muito ambicioso. Em primeiro lugar, definimos o objectivo de colocar Portugal entre os países que lideram o crescimento verde. Em segundo lugar, esta estratégia assume - inequivocamente - que o crescimento verde é um pilar de desenvolvimento económico e de criação de emprego qualificado. Em terceiro lugar, o Compromisso propõe - publicamente - a estabilidade e a previsibilidade nas políticas públicas como elemento estruturante do desenvolvimento nacional”, concluiu.

O Primeiro-Ministro reconhece igualmente que Portugal tem de crescer mais, mas sublinhou que esse crescimento tem de ser feito sem “solavancos, sobressaltos e insegurança para futuro” ou “a miopia do curto prazo”. “Precisamos de crescer mais do que estamos a crescer hoje, mas precisamos de crescer de uma forma que evite os solavancos, os sobressaltos e a insegurança para futuro”, afirmou Passos Coelho, numa intervenção no final da apresentação do “Compromisso para o Crescimento Verde”, que decorreu no Palácio Foz, em Lisboa.

Por isso, acrescentou, não basta apresentar soluções para crescer, é necessário que elas façam antever um crescimento sustentável e duradouro, para não se estar hoje com “a miopia do curto prazo, com demasiada



pressão em acrescentar elementos de crescimento que ponham em causa a capacidade para crescer daqui a dois, a três ou quatro anos”.

Tal é válido no que respeita à sustentabilidade das finanças públicas, como em termos de modelo de desenvolvimento económico e de sustentabilidade ambiental.

Insistindo na necessidade de crescer nos próximos anos “tendo em conta a realidade, as circunstâncias, as restrições que existem”, Passos Coelho disse ainda que o

crescimento que o Governo tem vindo a preparar “e que agora está em plena aceleração” obedece ao “princípio elementar da sustentabilidade”, sendo por isso “seguro, resistente” e tendo futuro.

Pelo contrário, notou, o pouco crescimento que existiu no passado esteve assente na produção de dívida até “níveis exorbitantes” e até “insustentáveis” e, além de “insignificante, não tinha segurança nem resistência” ou futuro.

“Aprendemos às nossas custas que a qualidade do crescimento económico depende de como ele é gerado. Também o crescimento económico tem de ser sustentável”, sublinhou.

Por sua vez, para o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, “o financiamento, o investimento verde é um elemento importante”, mas há outros mais importantes, “aqueles que se traduzem em previsibilidade e estabilidade”, já que as empresas “receiam não saber com o que contam” para os próximos anos. “Se souberem com o que contam, quais as metas na água, na energia, na eficiência energética, na reabilitação urbana, têm condições para alocar investimento e empreendedorismo nesse quadro”, explicou o ministro.

O Compromisso identificou “centenas de indicadores de progresso” das medidas que vão ser monitorizadas todos os meses por estas organizações, garantiu o governante. “A partir do momento em que há um contrato assinado com 80 associações da sociedade civil, está criado um quadro de grande estabilidade que não deixa de permitir a flexibilidade necessária a nível dos modelos de gestão”, realçou Jorge Moreira da Silva, acrescentando que as iniciativas são “suficientemente detalhadas” para que as pessoas e as empresas percebam qual é o caminho e quais os objectivos a atingir.

No entanto, assegurou, as medidas são “suficientemente abertas” para acomodar diferentes leituras ideológicas, programáticas e partidárias, tratando-se de

“um quadro estratégico orientado para a acção e, independentemente das questões eleitorais, é resiliente”.

Na sua intervenção, Jorge Moreira da Silva salientou que “nem todos estão de acordo com tudo, isso é impossível”. Mas, “apesar de não estarmos de acordo em tudo, estivemos de acordo no essencial”, realçou. “Mais do que um pacto social, este é um contrato para o desenvolvimento sustentável, é um contrato entre os presentes”, resumiu.

No dia 21, na Anadia, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, revelou que Portugal reúne condições para liderar o crescimento verde, a nível internacional, mas tal não se compadece com instabilidade ou imprevisibilidade. Durante o encerramento da sessão pública de apresentação de resultados dos sete anos do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), em que abordou as oportunidades de financiamento para o “crescimento verde” do novo Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), o ministro reafirmou que Portugal reúne condições para liderar o crescimento verde, em termos internacionais, pelas reformas que fez, pela conjuntura europeia favorável a esse desígnio e pelo crescimento da procura de bens e serviços transaccionáveis na água, no saneamento, nos resíduos e na energia. “Portugal pode beneficiar da vantagem ao nível das infra estruturas, dos talentos e dos recursos, para competir e para vencer à escala internacional, neste enquadramento mais favorável ao crescimento verde”, disse. Essa liderança, advertiu, “não é compatível com instabilidade ou imprevisibilidade”, sendo assumida pelo governo como uma área central na “estratégia nacional da era pós-troika”.

Moreira da Silva adiantou que, depois das apostas do País na infra-estruturação e na gestão eficiente das infra-estruturas, “agora é necessário ir mais longe e olhar para a área do ambiente como uma área de retorno económico e de benefício social”. “Estamos a olhar para o investimento selectivo, porque não estamos apostar em todas as áreas e em investimento produtivo, na medida em que esperamos que seja gerada uma reacção catalítica, alavancando outras fontes de investimento e outros agentes no financiamento da economia nacional”, disse.

Jorge Moreira da Silva apontou ainda as reformas feitas pelo governo a que pertence como decisivas para Portugal se colocar numa posição liderante no crescimento verde. “Foram feitas reformas estruturais relevantes que criaram um ambiente mais favorável a este investimento”, disse, dando, entre outros exemplos, a reforma do sector das águas e dos resíduos, ou a sustentabilidade do sector energético, “seja no corte das rendas excessivas, seja na afirmação de liderança nas renováveis, passando de 45 para 62 por cento da electricidade nos últimos três anos”.



Nesta cerimónia, estiveram também presentes os ministros da Administração Interna, Anabela Rodrigues, Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poaires Maduro, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva e da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas.

Governo e 80 instituições assinaram o Compromisso para o Crescimento Verde

O Compromisso para o Crescimento Verde foi firmado pelo Governo e por 80 instituições, como a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Quercus, a Deco, a Calouste Gulbenkian ou a associação de bancos. O documento, apresentado em Setembro do ano passado e que esteve em consulta pública até 15 de Janeiro, tem 83 iniciativas, repartidas por 10 sectores, fixa 13 metas quantificadas para 2020 e 2030 e “estabelece as bases para um compromisso em torno de políticas e objectivos que impulsionem um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar o indispensável crescimento económico com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça

social e a qualidade de vida das populações”. Abrange sectores tão diversificados como a água, os resíduos, a reabilitação urbana, a eficiência energética e hídrica, as emissões de dióxido de carbono - responsáveis pelas alterações climáticas-, as energias renováveis, a qualidade do ar e a valorização da biodiversidade.

O Governo pretende que a actividade dos sectores “verdes” tenha um impacto na economia de 3.000 milhões de euros em 2020, subindo aos 5.100 milhões em 2030, possa criar o dobro dos empregos e aumentar as exportações ‘verdes’ em, pelo menos, 5 por cento por ano, mas também que contribua para a melhoria da eficiência energética e hídrica, reduzindo a dependência do país relativamente ao exterior. Nas metas do Governo, as exportações “verdes” podem chegar aos 700 milhões de euros em 2020 e aos 1.200 milhões 10 anos depois, enquanto o número de pessoas ao serviço da economia verde deverá atingir 95.000 em 2020 e 140.000 em 2030.

O Compromisso para o Crescimento Verde em Portugal foi debatido em sessões realizadas em vários pontos do país e recebeu elogios, tendo sido apresentado como um exemplo pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.

União Europeia triplica orçamento para vigiar o Mediterrâneo

No final de uma cimeira extraordinária em Bruxelas sobre a situação no Mediterrâneo, dia 23, o Primeiro-Ministro defendeu que deveria ser “melhor explorado” o modelo que Portugal tem defendido e desenvolvido de parcerias para a mobilidade. “Portugal tem sido um defensor e participante das parcerias para a mobilidade, designadamente com Cabo Verde, Marrocos, Tunísia, Jordânia e Moldova, que visam estabelecer um quadro positivo de cooperação entre países europeus e países de origem de imigrantes. Cremos que este é um modelo que tem trazido bons resultados e que deve ser melhor explorado”, disse.

Segundo Passos Coelho, independentemente da decisão hoje acordada entre os líderes europeus de reforçar as operações no Mediterrâneo, com o grande objectivo imediato de salvar vidas e prevenir mais tragédias, como o naufrágio do passado fim-de-semana que causou cerca de 800 mortos, um esforço no qual Portugal participará, anunciou, um verdadeira “solução credível só pode ser alcançada em cooperação e diálogo com os países de origem e de trânsito” dos imigrantes.

O Primeiro-Ministro sustentou que só com essa cooperação será possível um “combate eficaz ao tráfico de seres humanos”, prestar informação adequada àqueles que pensam em rumar à Europa de forma ilegal “sobre os riscos de vida” que correm, e, sobretudo, com vista ao “desenvolvimento económico e social dos países” de origem, para “minorar os factores que impelem à imigração”.

É preciso, enfatizou, “abordar as causas do problema e encontrar soluções para atacar as raízes deste flagelo”, admitindo que esta é uma “matéria complexa”, pelo que é imperioso um “debate sobre política de migração”, que está já de resto em agenda, com a apresentação, pela Comissão Europeia, de uma estratégia, já em Maio próximo.

Quanto a uma eventual operação militar no Mediterrâneo para combater as redes de traficantes, e destruir as embarcações utilizadas, Passos Coelho disse que essa é



uma “operação que exige algum tempo de preparação”, já que necessitará também do aval das Nações Unidas, e também exigirá “uma concertação e uma articulação muito próxima designadamente com os próprios países vizinhos, sem os quais uma operação desta natureza não seria bem-sucedida, e isso demorará algum tempo com certeza”.

Os líderes da União Europeia decidiram triplicar os meios financeiros e operacionais da missão europeia “Tritão”. Serão destinados 120 milhões de euros por ano para as operações de patrulhamento, busca e salvamento

de embarcações de refugiados no mar Mediterrâneo. A medida não implicará contribuições financeiras dos Estados-membros. Em relação aos pedidos de asilo, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker adiantou que será lançado um projecto-piloto de reinstalação na União Europeia, ao abrigo do qual os Estados-membros recebem pessoas que preencham os requisitos para receber protecção. Por outro lado, adiantou o líder do executivo comunitário, Bruxelas vai também apresentar um pacote legislativo para a imigração legal e ilegal no próximo dia 13 de Maio.

Primeiro-Ministro almoçou com atletas olímpicos



O Primeiro-Ministro reuniu em São Bento com 11 atletas olímpicos medalhados, num almoço em que os apoios dados à alta competição deverão ser tema de conversa. À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, Passos Coelho assinalou o 25 de Abril com um almoço com personalidades representativas de uma área, tendo este ano escolhido o desporto e os atletas olímpicos. Ao todo, estiveram presentes no almoço 11 atletas, entre os quais Carlos Lopes e Rosa Mota, um grupo que o primeiro-ministro disse ser constituído por “heróis”. “São heróis portugueses, deram-nos muitas alegrias. Quem não se comoveu profundamente e se mobilizou profundamente com os vossos feitos, as vossas vitórias, com o esforço que desenvolveram?”, questionou o chefe do executivo.

A pouco mais de um ano dos próximos Jogos Olímpicos, Passos Coelho deixou ainda uma mensagem sobre um tema que por vezes suscita críticas entre os atletas, a questão dos apoios do Estado. “Pela primeira vez, conferimos ao comité olímpico português todas as prerrogativas de decisão e escolha quanto à programação de dois ciclos olímpicos, o que permite que os contratos venham sendo firmados com os nossos atletas num horizonte mais alargado que dará mais previsibilidade, mais estabilidade e permitirá fazer um investimento mais bem-sucedido”, disse.

Em declarações aos jornalistas já depois destas palavras do Primeiro-Ministro, Nelson Évora confirmou que a questão dos apoios aos atletas será um dos temas que irá abordar ao almoço.

Defendendo que deve ser dado valor ao esforço dos atletas, Nelson Évora sublinhou que esse apoio deve estender-se não apenas aos medalhados, mas a todos os que representam Portugal. “Ao nosso esforço tem que ser dado valor, com ou sem medalhas, antes de irmos, quando saímos do país para representar as cores nacionais”, declarou.

Além de Rosa Mota, Carlos Lopes e Nelson Évora, estiveram presentes no almoço com o primeiro-ministro Fernanda Ribeiro, Nuno Delgado, Francis Obikwelu, Vanessa Fernandes, Francisco Rebelo de Andrade, José Manuel Gentil Quina, Mário Gentil Quina e Armando Marques.



O Primeiro-Ministro recebeu o presidente do Governo Regional da Madeira, em audiência, no Palácio de São Bento, em Lisboa, dia 22 de Abril de 2015. No final do encontro, Miguel Albuquerque convidou oficialmente Pedro Passos Coelho, a efectuar a primeira visita oficial à Região Autónoma da Madeira.

Parlamento Europeu aprova relatório sobre um novo sistema de segurança rodoviária



O Parlamento Europeu aprovou, dia 28, em Estrasburgo, o relatório sobre a implantação do sistema “eCall” a bordo de veículos, que contou com o apoio do eurodeputado Carlos Coelho relator-sombra pelo grupo PPE para este dossier. O “eCall” é um sistema de emergência no âmbito da segurança rodoviária que, em caso de um sinistro automóvel, efectua de modo automático através de sensores instalados no veículo uma ligação directa para o Serviço de Emergência Europeu 112 (através dos pontos de atendimento de segurança pública), enviando ao mesmo tempo um conjunto de dados sobre a localização do veículo.

Carlos Coelho, membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores e um dos membros fundadores dos “Membros do Parlamento Europeu Campeões do 112” foi nomeado no início desta legislatura Relator Sombra do Relatório sobre a implantação do sistema “eCall” de bordo em veículos, representando assim o maior Partido Político Europeu na elaboração deste dossier.

O Regulamento aprovado acordado entre os eurodeputados e os governos nacionais, estabelece os requisitos gerais para a “homologação CE” de veículos no que se refere ao sistema “eCall”.

Carlos Coelho afirmou que “depois de três trilogos e de muito trabalho chegou-se a um compromisso que permite concretizar um projecto que desde 2003 era exigido por este Parlamento” manifestando-se feliz com a aprovação do Regulamento. “Nunca é demais recordar que o sistema ‘ecall’ salva vidas! Numa Europa em que milhares de famílias sofrem

com o drama da sinistralidade rodoviária, a implantação do sistema ‘eCall’ com ligação directa ao Número de Emergência Europeu 112, é um dever, não um direito”.

O eurodeputado social-democrata, que também é membro da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos, recordou aos mais cépticos que “o sistema “eCall” a bordo de veículos é gratuito, seguro, funciona em todos os estados-membros e respeita regras rigorosas em matéria de protecção de dados”. O ponto de maior discussão com o Conselho e Comissão durante os trabalhos foi precisamente a protecção de dados tendo a equipa negocial do PE introduzido uma série de disposições em matéria de privacidade e de protecção de dados para garantir, por exemplo, que os veículos equipados com o sistema “eCall”, no seu estado de funcionamento normal, “não sejam rastreáveis nem estejam sujeitos a qualquer sistema de localização constante e que o conjunto mínimo de dados enviados pelo referido sistema inclua as informações mínimas necessárias para o tratamento adequado das chamadas de emergência”.

Os construtores de automóveis terão de assegurar que, na memória interna do sistema “eCall”, “os dados sejam removidos de forma automática e contínua”. Só é permitida a retenção das três últimas localizações do veículo na medida em que for estritamente necessário para especificar a localização actual e o sentido da marcha no momento do evento. Estes dados não podem ser utilizados para quaisquer outros fins.

Carlos Coelho declarou-se convicto de que “a introdução obrigatória do sistema “eCall” com base no Número de Emergência Europeu, para veículos ligeiros e comerciais a partir de 31 de Março de 2018, irá melhorar o panorama da segurança rodoviária e protecção civil”.

PSD desafia PS a submeter propostas a uma auditoria independente

O PSD enviou uma carta ao PS com 29 perguntas sobre o cenário macroeconómico dos socialistas, nomeadamente sobre o sistema de pensões ou o custo orçamental das medidas, insistindo numa análise por organismos independentes. “Qual é exactamente a proposta de reavaliação do sector de sustentabilidade nas pensões?”, “Que grupos de beneficiários deverão ver alteradas as suas condições de formação de pensão? Aplica-se apenas a futuros pensionistas ou aos atuais”, interroga o porta-voz do PSD, Marco António Costa, numa carta enviada hoje ao secretário-geral do PS, António Costa.

No documento, Marco António Costa insiste na sugestão colocada já pela ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, no Parlamento, propondo que o PS submeta o cenário macroeconómico “desde logo à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTA0), mas também eventualmente ao Conselho de Finanças Públicas”. “Importa que o exercício técnico subjacente ao documento apresentado pelo Partido Socialista seja auditável”, defende o vice-presidente Coordenador da Comissão Política Nacional do PSD.

Na carta constam 29 perguntas sobre o cenário macroeconómico do PS para os próximos quatro anos, documento apresentado na semana passada e que propõe a reposição dos cortes nos salários da função pública em dois anos (40 por cento ao ano), a reposição gradual da sobretaxa de IRS até à sua extinção em 2017 e a redução das contribuições para a Segurança Social, entre outras medidas.

Ainda sobre o tema da sustentabilidade dos sistema de pensões, debate para o qual o Governo tem chamado o PS, Marco António Costa questiona sobre se está “subjacente um plafonamento das pensões”, quando os socialistas propõem financiar a redução da Taxa Social Única (TSU) paga pelos trabalhadores com um corte entre 1,25 por cento e 2,6 por cento nas pensões que serão pagas a partir de 2017.

O vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional do PSD questiona ainda sobre os impactos orçamentais das diferentes medidas, nomeadamente sobre a perda da receita de uma eliminação da sobretaxa de IRS e dos cortes salariais em 2016 e 2017, do descongelamento das carreiras em 2018 e de medidas na área da protecção social e da educação.

“Como se compatibiliza a aceleração das remunerações com a redução dos custos unitários do trabalho ao longo do período das projecções?”, é ainda uma das várias questões colocadas pelo PSD na área do trabalho.

Na carta, o vice-presidente do PSD interroga, por fim, sobre informação metodológica, como a revisão em baixa



do PIB em 2012 ou a ambiguidade no uso de Sistemas Europeus de Contas diferentes (SEC1995 e SEC2010).

Oposição mostra nervosismo com o anúncio da coligação

O vice-presidente coordenador afirma que havia “todas as razões” para PSD e CDS-PP avançarem em coligação para as legislativas, referindo que as críticas da oposição revelam “nervosismo”. PSD e CDS-PP “levaram até ao final do mandato a coligação a governar Portugal, portanto havia todas as razões e todos os fundamentos para este entendimento”, afirmou Marco António Costa aos jornalistas no final de um encontro com o candidato presidencial Henrique Neto, na sede nacional do partido, em Lisboa, dia 27.

“As críticas que foram feitas por parte da oposição revelam o nervosismo que eu julgo que é natural da parte da oposição relativamente a esta proposta de acordo que os líderes [dois partidos] anunciaram”,

declarou o dirigente do PSD.

Marco António Costa acrescentou que a coligação foi apresentada “no momento em que ambos os partidos consideraram que era o momento adequado” e que “não nasce de um acto espontâneo, nasce do trabalho de quatro anos”.

Questionado se a coligação irá apresentar ou apoiar um candidato presidencial antes das legislativas, o porta-voz do PSD remeteu uma resposta para a reunião dos órgãos nacionais dos dois partidos. “Teremos oportunidade de observar nos documentos que serão presentes aos órgãos de ambos os partidos, o esclarecimento de quais são essas opções”, afirmou, acrescentando que na “próxima quarta-feira, nos documentos que serão aprovados, haverá uma clarificação estratégica” da posição.

Uma delegação do PSD composta pelo vice-presidente, Marco António Costa, vice-presidente, José Matos Correia, e secretário-geral, José Matos Rosa, recebeu o candidato à Presidência da República, Henrique Neto, na sede nacional, em Lisboa, dia 27 de Abril.



Fernando Negrão nas comemorações dos 41 anos do 25 de Abril

Subordinação do poder económico ao político



Nas cerimónias do 25 de Abril, o PSD, pela voz do deputado Fernando Negrão, lembrou que os consensos são importantes para “poder melhorar hoje sem pôr em causa poder continuar a melhorar amanhã.” Portugal precisa não só de “novos consensos” de médio e longo prazo mas também o bem-comum exige a refundação da “subordinação do poder económico ao poder político” consagrada na Constituição. “O bem comum exige que, claramente, refundemos e reafirmemos a subordinação do poder económico ao poder político consagrada na nossa Lei Fundamental”, afirmou Fernando Negrão.

Na sessão de comemoração dos 41 anos do 25 de Abril, no Parlamento, Negrão defendeu a necessidade de se procurar “a transparência onde ainda imperam zonas de sombra que diminuem o alcance da lei e da justiça”, e considerou que o fim do programa de assistência marca um antes e um depois. “Em 2015, depois de dolorosos anos de soberania limitada e condicionada, nada mais poderá ser como dantes. Temos de aprender com os nossos erros, transformando-os numa sabedoria partilhada, capaz de servir de base para os novos consensos de que o país tão urgentemente necessita”, apelou.

“Consenso estes que não deverão existir só por serem politicamente correctos, mas sim e principalmente por assentarem numa visão do país de médio e longo prazo, com o objectivo de poder melhorar hoje sem pôr em causa poder continuar a melhorar amanhã”, argumentou.

Fernando Negrão começou por enaltecer os valores de Abril. “Completam-se hoje 41 anos sobre o começo de uma era de liberdade, através de um Estado guiado exclusivamente pela Lei e seu cumprimento, pela separação de poderes e pela consagração efectiva dos direitos,



liberdades e garantias, designadamente, a liberdade de imprensa que nunca poremos em causa. Um Estado de direito que nos confere a felicidade pública de viver em Democracia. Uma Democracia, sempre imperfeita, incompleta, carecendo de aperfeiçoamento, mas na qual a importância de discordar é tão importante como a de concordar, na qual qualquer cidadão independentemente do seu estatuto social, das suas convicções religiosas, do seu género, ou da cor da sua pele, pode livremente manifestar-se e na qual todos os poderes são e devem

ser limitados e submetidos exclusivamente à vontade do Povo expressa em eleições livres, dentro dos limites do contrato constitucional definido pela vontade soberana desse mesmo Povo”.

Para Fernando Negrão, no “quadro de esperança” que está pela frente, “há que escolher o caminho da responsabilidade e não o caminho da ilusão”. “Doravante, o escrutínio deverá ser maior e mais minucioso, a exigência de bem-fazer terá de ser permanente”, declarou. O deputado social-democrata defendeu que



“os sucessos da democracia não podem esconder as suas fragilidades”, depois de um trecho do discurso em que enumerou esses sucessos, como o serviço nacional de saúde, a educação pública, o sistema de segurança social, o acesso à Justiça, entre outros aspectos.

“Temos de ter a humildade de reconhecer que, ao longo destas quatro décadas, muitos sofrimentos e danos poderiam ter sido poupados ao país e aos portugueses se decisões de governos e governantes não tivessem cedido à tentação de trocar o longo prazo pela vantagem imediata, de confundir a verdade com a ilusão, de optar pela superficialidade conveniente ao invés do caminho árduo do estudo e do trabalho, o único que permite fundamentar as decisões, fechando a porta à arbitrariedade, fazendo prevalecer, sem ambiguidade, o interesse comum sobre a influência e o clientelismo”, defendeu.

José Matos Correia: “O PSD tem sido consistente nos apelos à necessidade de consensos com o PS”

O vice-presidente do PSD, José Matos Correia, aplaudiu as referências do Presidente da República à necessidade de consensos, responsabilizando o PS por não terem sido possíveis compromissos em áreas estratégicas como a Segurança Social. “É importante que o sentido futuro da intervenção do Presidente da República seja tido em conta sobretudo no que toca à questão dos consensos e dos compromissos. O país tem ainda problemas difíceis para resolver e se alguns continuarem a rejeitar essa necessidade será seguramente mais difícil para Portugal”, comentou José Matos Correia, em declarações aos jornalistas, no final da sessão solene comemorativa dos 41 anos do 25 de Abril.

O vice-presidente social-democrata reiterou que o PSD mantém a disponibilidade para compromissos. “O PSD tem sido consistente nos apelos à necessidade de consensos com o PS para a resolução de questões fundamentais para o futuro do país. Infelizmente, por razões puramente eleitorais, o PS tem recusado esses



consensos até em áreas que são absolutamente estratégicas e mereceriam esses consensos, como é o caso da Segurança Social”, disse. “Não é o facto de o PS não conseguir infelizmente estar à altura dessas responsabilidades que nos fará alterar a nossa atitude”, acrescentou.

Matos Correia saudou ainda as referências no discurso de Cavaco Silva a questões como a natalidade, Segurança Social ou Serviço Nacional de Saúde, dizendo que são temas que têm feito parte “das prioridades” da maioria PSD/CDS-PP.

Presidente da República apela à estabilidade

No dia em que também passam 40 anos das primeiras eleições universais, livres, para a Assembleia Constituinte, as comemorações dos 41 anos do 25 de Abril ficaram também marcadas pelo retomar do apelo do Presidente da República, para a necessidade de compromissos interpartidários. Aníbal Cavaco Silva proferiu o seu último discurso de 25 de Abril, uma vez que concluirá o segundo mandato em Março de 2016.

O Presidente da República insistiu na necessidade

de compromissos interpartidários imprescindíveis para garantir a estabilidade política e a governabilidade do país, recusando o conflito, a crispação, a conflitualidade política e a agressividade verbal. “Ao fim de quatro décadas de democracia, os agentes políticos devem compreender, de uma vez por todas, que a necessidade de compromissos interpartidários é intrínseca ao nosso sistema político e que os portugueses não se revêem em formas de intervenção que fomentam o conflito e a crispação e que colocam os interesses partidários de ocasião acima do superior interesse nacional”, expressou o chefe de Estado, Aníbal Cavaco Silva.

Retomando os apelos ao consenso e diálogo, Cavaco Silva sublinhou que só desse modo será possível alcançar “compromissos imprescindíveis para garantir a estabilidade política e a governabilidade do país” e para enfrentar com êxito os desafios que o futuro coloca.

“Os portugueses estão cansados da conflitualidade política em torno de questões acessórias e artificiais, quando devia existir união de esforços na abertura de perspectivas de futuro para as novas gerações, no combate ao desemprego e à pobreza, na melhoria da equidade na distribuição do rendimento, no apoio aos idosos”,

declarou, criticando o nível de críspação e agressividade verbal que, muitas vezes, extravasa da controvérsia de opiniões para os ataques e os insultos de carácter pessoal.

Numa democracia amadurecida, continuou o Presidente da República, o debate informado e a diversidade de opiniões são valores fundamentais, mas correm o risco de serem “obscurecidos e relegados para um plano secundário se se mantiver a tendência para recorrer às querelas estereis, à calúnia e à difamação como instrumentos de combate político”, porque aí já não se está no campo da divergência de opiniões e, aos olhos dos cidadãos, “a salutar diversidade de ideias perder-se-á e o debate público sairá empobrecido”.

Falando a menos de seis meses das próximas eleições legislativas, Cavaco Silva dirigiu um apelo aos deputados “desta legislatura e da que se irá iniciar”, para que, através do exemplo, contribuam para a elevação do debate pública e da qualidade da democracia.

“A violência verbal, amplificada pelo ruído mediático, afasta os cidadãos da vida da República, fomenta o desinteresse cívico, corrompe a confiança dos portugueses nas suas instituições”, sublinhou, lembrando que só através do compromisso entre as forças democráticas foi possível aprovar a Constituição da República e concretizar muitos dos sonhos de Abril.



Falando perante representantes de todas as forças políticas com assento parlamentar, e os líderes dos principais partidos, o Presidente da República apontou o Estado Social como “uma área em que o debate e o consenso sobre o futuro se impõem”.

Contudo, advertiu, “não se trata de diminuir a protecção social dos cidadãos que dela necessitam, mas sim de garantir a sustentabilidade do sistema num horizonte temporal alargado e de aumentar a eficiência, a equidade e a qualidade dos serviços prestados”.

Outro dos domínios onde será possível encontrar consensos interpartidários capazes de conferir estabilidade às reformas já introduzidas ou que venham a ser apresentadas é a Justiça, preconizou.

Ligando o tema da Justiça à corrupção, Cavaco Silva lembrou que “numa República de cidadãos iguais, ninguém está acima da lei” e pediu “uma atitude firme” no combate a “um dos maiores inimigos das sociedades democráticas”, que coloca em causa a coesão do tecido social e tem efeitos “extremamente graves no relacionamento entre os cidadãos e o Estado, diminuindo a confiança nas instituições e criando, em particular, a falsa ideia de que a generalidade dos agentes políticos ou dos altos dirigentes da administração não desempenham as suas funções de forma transparente, ao serviço exclusivo da comunidade”.

A administração pública e o Estado Social foram ainda referidos por Cavaco Silva no seu último discurso no 25 de Abril enquanto chefe de Estado, lamentando

que o debate sobre a reforma do Estado tenha vindo a ser colocado num “terreno de combate ideológico, em que se esgrimem argumentos que, em concreto, pouco contribuem” para “uma administração independente, imparcial e próxima dos cidadãos, dimensionada de acordo com a provisão eficiente dos bens e serviços de natureza pública, com funcionários qualificados e com dirigentes escolhidos exclusivamente pelo seu mérito”.

Assunção Esteves: Comemorar Revolução é celebrar “a política como liberdade”

A presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, sublinhou que o 25 de Abril é a “celebração da política como liberdade”, e classificou a crise dos últimos anos “como a ponta do ‘iceberg’ de um mundo em mudança”. “Abril é por isso mesmo a celebração da política como liberdade que se exerce, como esperança, como força emancipadora. Que nos diz que somos senhores do nosso destino e autores do mundo”, afirmou Assunção Esteves, na sua intervenção na sessão solene comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República.

Para a presidente da Assembleia da República (PAR), essa responsabilidade é agora maior à luz dos acontecimentos contemporâneos, que tornam necessários “a instituição de uma sociedade universal”. “A globalização limita as possibilidades das políticas nacionais perante um novo ambiente em que os problemas ganham uma nova

escala. Não nos deixa, por isso, um optimismo fácil”, disse.

No ano em que passam 40 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, Assunção Esteves fez questão de lembrar os deputados desse primeiro parlamento livre. “Eles que nos deram a Constituição, a mais forte mensagem de Abril. Fica-nos o sentido da grandeza da nossa tarefa, neste tempo novo e difícil que põe à prova a capacidade das nossas instituições democráticas”, disse.

Na sua intervenção, Assunção Esteves classificou a crise financeira como “a ponta do ‘iceberg’ de um mundo em mudança”. “A crise mostrou os excessos do capitalismo financeiro indiferente à sociedade, o problema da limitação dos recursos e da sua distribuição entre indivíduos, entre gerações e entre povos (...). De certo modo, arrancou-nos da nossa esfera particular para um viver em comparação que é já de si um sobressalto positivo”, defendeu, considerando que a crise foi um desafio a “um fazer de outro modo”.

Para Assunção Esteves, “a fractura entre o norte e o sul, com os seus índices de desigualdade, a questão ambiental e o terrorismo, fazem pensar, neste século XXI, em como não está adquirida a elevação do nível geral da condição humana”. “A mundialização desafia-nos para inscrever na escala do mundo a ideia de humanidade como princípio regulador. Obriga-nos a reencontrar o primado do político sobre a economia e os mercados. Exige-nos ser fazedor de pontes, plataformas de uns para os outros”, referiu.

Para Assunção Esteves, “todos são atores neste grande encontro que levará à afirmação universal dos direitos humanos, defendendo ser “necessário elevar o nível de consciência individual e colectiva através da educação”.

A presidente do Parlamento deixou ainda uma “palavra de inquietação” sobre o futuro da União Europeia. “Sem coerência e sem resiliência, a União Europeia não pode projectar o seu modo de existir no mundo”, referiu, considerando que esta tem a sua unidade comprometida pelas “políticas fragmentadas dos Estados”, nomeadamente ao nível do desenvolvimento e imigração.

Assunção Esteves apontou a concertação política como “a via única para ‘Babel’ que só numa ética de convivência universal poderá construir a sua torre”. “E nos portugueses, feitos da matéria da universalidade que criámos, temos, nos contextos da nossa língua e diáspora, o lugar adequado para cumprir a nossa parte”, disse, no seu último discurso na sessão solene do 25 de Abril na qualidade de Presidente da Assembleia da República que foi aplaudido pelas bancadas do PSD - com muitos sociais-democratas de pé -, do CDS-PP e de parte da bancada do PS.

No 41.º aniversário do 25 de Abril, o cante alentejano marcou o início da cerimónia solene na Assembleia da República, com o tema “Grândola, vila morena” a ser entoado das galerias por um grupo coral de Serpa.

Matos Rosa em Odivelas

“Discurso do PS esconde um regresso a 2011”



Na quinta-feira, 23 de Abril de 2015, José Matos Rosa esteve na inauguração da nova sede do PSD de Odivelas e começou por destacar a importância do momento para cada militante social-democrata presente: “Uma nova sede não são apenas paredes, salas e bandeiras. Uma nova sede é um espaço de encontro de cidadãos que comungam dos mesmos ideais para o futuro do nosso país”.

O secretário-geral do PSD fez questão também de destacar a génese da social-democracia. Ser social-democrata é servir o interesse de Portugal e dos portugueses: “A nossa responsabilidade continua tão sólida como sempre e a vontade de servir o interesse nacional continua um pilar incontornável do Partido Social Democrata”.

Sobre a situação política nacional, José Matos Rosa referiu que o panorama actual vivido no nosso país “é uma rota bem distinta da que encontrámos quando formámos Governo”. Portugal tem hoje “motivos para ter esperança”.

“O que o Partido Socialista nos propõe é um conjunto de intenções abstractas, um conjunto de ilusões e instabilidade política. O Partido Socialista propõe uma mão cheia de nada”, disse José Matos Rosa, sobre as propostas apresentadas pelo PS. Matos Rosa alertou os presentes para que não se deixem “iludir por um discurso que esconde um regresso a 2011”. “O nosso caminho é para o futuro. É um futuro que estamos a construir juntos e que nos liberta dos erros do passado”.

José Matos Rosa no Algarve: “Estes quarenta anos demonstraram que o PS acaba sempre por pedir ajuda externa”

Foi perante um grande número de militantes e simpatizantes que José Matos Rosa discursou no sábado, 25 de Abril de 2015, na sessão de comemoração dos 40 Anos do PSD/Algarve, que se realizou em Portimão.



O secretário-geral do PSD começou a sua intervenção por referir a importância das comemorações dos 40 Anos de Democracia, 40 Anos de PSD, que terminarão no próximo dia 6 de Maio, em Lisboa, na Aula Magna: “As comemorações que se desenrolaram durante este último ano constituíram um momento de grande mobilização de todas as estruturas partidárias, como aqui em Portimão”, disse.

José Matos Rosa considera que a actual situação económica e financeira que Portugal atravessa é hoje “uma rota bem distinta da que encontrámos quando formámos Governo”, uma vez que “hoje há motivos para ter esperança”:

“O caminho que trilhámos com os Portugueses teve momentos de dificuldade, mas há uma conquista que é confirmada pelos factos: um país que se encontrava em 2011 à beira da bancarrota é hoje um país em crescimento”, afirmou.

Sobre a proposta apresentada pelo Partido Socialista esta semana, José Matos Rosa sublinhou que “a proposta política do Partido Socialista deita fora tudo o que Portugal conquistou e teria como consequência um regresso acelerado a uma situação económica de catástrofe iminente”. “Os quarenta anos de democracia demonstram que o Partido Socialista, quando forma Governo, acaba sempre por pedir ajuda externa ou com o país num pântano. Esta é a história que se tem repetido. Esta é a história do partido que tudo gasta e deixa a conta para o próximo”.

O secretário-geral do PSD ainda reforçou que hoje “o nosso caminho é para o futuro. É um futuro que estamos a construir juntos e que nos liberta dos erros do passado. O nosso caminho é o caminho do crescimento seguro e responsável”.

Marcelo Rebelo de Sousa, antigo líder social-democrata, também esteve presente nas comemorações do PSD/Algarve.



Oposição acena com objectivos inatingíveis

A ministra das Finanças atribui ao PS o fraco crescimento económico registado nos últimos 15 anos, considerando que os socialistas “prometem resultados que não são atingíveis”, sugerindo uma análise de entidades independentes ao cenário macroeconómico do PS. “Com aquilo que se propõem fazer agora, propõem exactamente a mesma receita e prometem outra vez resultados que não são atingíveis. Os portugueses já experimentaram e não merecem experimentar outra vez a mesma receita que conduz ao desastre”, criticou a ministra das Finanças, durante o debate do Programa de Estabilidade que decorreu dia 22, no Parlamento.

A ministra das Finanças sugeriu hoje ao PS que peça uma avaliação do seu cenário macroeconómico àquela entidade ou ao Conselho de Finanças Públicas (CFP) para perceber “se é ou não consistente”. “Olhando para o cenário que o PS apresentou [na terça-feira] partem de uma realidade que não é a correta, (...) os anos 2015 e 2016 não consideram os valores mais recentes, e, nomeadamente, a última revisão do INE é ignorada. Para a frente, a partir de 2017, vão buscar dados (...) que estão feitos numa base SEC95”, o anterior Sistema Europeu de Contas, que já não está em vigor, afirmou Maria Luís Albuquerque.

A ministra de Estado e das Finanças afirmou que, “com a mesma receita e os mesmos protagonistas” de 2009, não é possível esperar um resultado diferente, referindo-se ao PS, e admitiu que, se for possível, pretende repor os cortes mais rapidamente. “Nós também já vimos a receita em 2009 em que se promete e dá muita coisa e eu, como trabalhadora do Estado, lembro-me que me aumentaram 2,9 por cento e logo a seguir cortaram-me 10. A diferença é o antes e o depois das eleições”, disse Maria Luís Albuquerque durante o debate parlamentar sobre o Programa de Estabilidade e o Plano Nacional de Reformas para 2015 a 2019, apresentados pelo Governo na semana passada.

Nas suas intervenções, a ministra criticou várias vezes o principal partido da oposição: “Com a mesma receita e com os mesmos protagonistas, não sei como é possível esperar um resultado diferente”.

Maria Luís Albuquerque disse ainda que quer que seja este Governo a devolver os rendimentos que foram cortados durante o período do resgate financeiro, defendendo, no entanto, que essa devolução tem de ser feita de forma gradual. “Queremos ser nós a devolver [os cortes salariais e a sobretaxa de IRS] com o ritmo responsável que for possível. Se for possível fazer uma reversão mais rápida dos cortes salariais e da sobretaxa de IRS, com certeza que o faremos”, disse Maria Luís Albuquerque.

“Não temos nenhum gosto em dizer aos portugueses que precisamos de quatro anos para repor esses níveis de rendimento. O que achamos é que os portugueses merecem ouvir a verdade, merecem uma atitude responsável e, sobretudo, não merecem que se devolva mais depressa para depois ter de tirar em dobro”, rematou a ministra de Estado e das Finanças.

Em 2016 “abre-se a possibilidade” de aceder à flexibilização europeia

Maria Luís Albuquerque reiterou que, com a trajectória orçamental até 2019 definida pelo Governo no Programa de Estabilidade, “abre-se a possibilidade” de aceder às cláusulas de flexibilização permitidas pelas regras europeias. De facto, ressaltou a ministra, “a utilização das designadas cláusulas das reformas estruturais e do investimento é restrita e é necessariamente acompanhada de demonstração quantificada dos benefícios económicos e orçamentais a médio prazo”.

Por isso, argumentou Maria Luís Albuquerque, “acima de tudo terão de ser asseguradas as condições para a sua solicitação formal, nomeadamente a saída efectiva do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE) e uma



trajectória adequada do saldo estrutural”.

A ministra repetiu um compromisso que tem vindo a assumir: “Para 2015, o Governo reitera o firme compromisso de reduzir o défice orçamental para um valor inferior a 3 por cento do PIB [Produto Interno Bruto], saindo do PDE, e, em consonância, Portugal entrará no braço preventivo [do PEC] já em 2016, podendo tirar benefício das referidas condições de flexibilização”.

Maria Luís Albuquerque referiu-se a uma eventual redução da Taxa Social Única (TSU) para as empresas como exemplo de uma das medidas que o Governo poderá equacionar ao abrigo das cláusulas de flexibilização europeias. “Propomo-nos, entre outras medidas possíveis, considerar a possibilidade da redução da TSU para as entidades empregadoras, beneficiando da cláusula de flexibilidade a que teremos acesso depois

de sairmos do PDE. Não é preciso impor esse custo a outros agentes, aos trabalhadores, ou ter outro tipo de impactos, se conseguirmos acomodar isso no défice, tendo em conta a cláusula de flexibilização. Mas, para isso, precisaremos necessariamente de sair do PDE já este ano”, argumentou a ministra.

Em Janeiro, a Comissão Europeia anunciou duas cláusulas que permitem aos Estados-membros um desvio temporário do objectivo de médio prazo desde que este seja justificado com reformas estruturais ou investimentos que, apesar de implicarem um aumento da despesa no curto prazo, têm efeitos benéficos futuros.

Maria Luís Albuquerque repetiu os “importantes resultados” alcançados, mas destacou que esses “não afastam os importantes desafios que o país ainda tem pela frente”, os quais têm de ser encarados “com a mesma determinação”.

Promessas do PS são “PPP a pagar mais tarde”

O ministro da Defesa Nacional classifica o cenário macroeconómico apresentado pelo PS como “Parcerias Público-Privadas (PPP) com os portugueses”, pois “gasta-se já e há de se pagar algum dia mais tarde”. Num almoço-debate sobre a democracia portuguesa, organizado pelo International Club of Portugal, em Lisboa, José Pedro Aguiar-Branco congratulou-se por haver, finalmente, uma escolha alternativa nas legislativas deste ano e com o facto de o sistema partidário luso não ter cedido ao “refluxo demagógico” de movimentos “anarquizantes” como o espanhol Podemos ou o grego Syriza. “É uma PPP do PS com os portugueses. Gasta-se já e há de se pagar algum dia mais tarde. Esta PPP que o PS quer fazer tem só um pequeno problema - os cofres do Estado ainda não estão suficientemente cheios para o PS voltar ao poder. Não tem condições, não está preparado o país para voltar a ter um governo do PS”, disse, colocando em cima da mesa “ou o regresso ao passado ou a consolidação do futuro”, equiparando o eventual “modelo de governação” do socialista António Costa ao do ex-primeiro-ministro José Sócrates.

Aguiar-Branco venceu que agora “os portugueses podem escolher muito bem entre dois projectos”, sublinhando que, em 2015, “há uma taxa de crescimento com tendência de revisão em alta, as exportações mantêm o nível e o défice e o desemprego também têm tendência a baixar” e há que “escolher entre seriedade, realismo e aposta na sustentabilidade nas contas públicas e no crescimento ou, por outro lado, “as tais PPP”.

Relativamente à possibilidade de uma aliança entre PSD e PS, Aguiar-Branco manifestou a sua discordância. “Não concordo. Temos já uma democracia madura. A responsabilidade deve ser clara entre quem governa e a oposição. Numa lógica de bloco central de governação há tendência para crescerem os extremos e, ao crescerem os extremismos, estamos a prejudicar a qualidade da nossa democracia”, disse.

Aguiar-Branco afirmou que é preciso “um segundo mandato para consolidar o que se fez e está a resultar, com a mesma visão de futuro” e “afastar a frustração e a depressão de vez”. “Os tempos não são para popularidade fácil. Pediram que governássemos, não para as sondagens da semana seguinte, mas para o que o país impunha que se fizesse no interesse nacional. Acredito que a nossa democracia é suficientemente madura para



reconhecer isso e expressar com voto que não quer um regresso ao passado”, atestou.

O ministro da Defesa, que diz ter garantido “mais de 1.300 milhões de euros de poupanças” no sector que tutela, prometeu que “esta coligação, estes partidos que constituem o Governo, não fará eleitoralismo, mesmo em ano eleitoral.

“Já demonstrámos que essa é a linha de acção, a do interesse nacional colocado em primeiro lugar. Em 2009, os funcionários públicos foram aumentados em 2,9% e, agora, anuncia-se uma reposição mais rápida no que diz respeito aos rendimentos dos funcionários públicos. Em 2009, baixou-se um ponto do IVA para, aparentemente, fazer a retoma da economia, agora baixa-se o IVA da

restauração e a Taxa Social Única (TSU)”, continuou, referindo-se a medidas preconizadas pelos socialistas.

Para Aguiar-Branco, tal não é o caminho, pois, hoje, “conclui-se com facilidade, que o destino que houve foi o de termos caminhado para a bancarrota, ganhou-se as eleições, mas arruinou-se o país”. “Nós não iremos por aí”, venceu, já depois de se mostrar agradado com o facto de os partidos políticos terem resistido “a uma certa tendência europeia de, por um fluxo, um certo refluxo demagógico, conjuntural, dar voz àqueles que se mostra que não estavam preparados, como os movimentos Syriza e Podemos, que são desestruturantes e anarquizantes da nossa sociedade”.

Pedro Pires de Miranda (1928-2015)



O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro José Rodrigues Pires de Miranda, e militante do PSD, morreu na segunda-feira, 20 de Abril, aos 87 anos. Na quarta-feira, foram realizadas as exéquias fúnebres, com celebração de missa de corpo presente, cerca das 15h30, seguindo depois o corpo para o crematório da Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira.

“A morte do engenheiro Pedro Pires de Miranda significa o desaparecimento de um homem de enorme integridade de carácter, que sempre lutou por um Portugal mais próspero e mais desenvolvido”, lê-se numa mensagem enviada pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, à família de Pedro Pires de Miranda. Enaltecendo a forma como cedo se destacou como “um dos maiores especialistas portugueses no sector da energia e, em particular, da actividade de produção e distribuição de petróleo”, Cavaco Silva sublinhou ainda o facto de ter sido chamado por diversas vezes ao exercício das “mais relevantes funções públicas”. Na missiva, Cavaco Silva faz ainda referência ao tempo em que teve “a honra” de contar com “a preciosa colaboração” de Pedro Pires de Miranda no X Governo na pasta dos Negócios Estrangeiros, “onde revelou o seu saber e a sua experiência, a sua afabilidade de relacionamento pessoal, o seu exemplar profissionalismo e um profundo amor ao seu país”.

Pedro Pires de Miranda, natural de Leiria, licenciou-se em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico, tendo sido convidado pelo Primeiro-Ministro Alfredo Nobre da Costa para assumir o cargo de ministro do Comércio e Turismo do III Governo Constitucional, entre 29 de agosto de 1978 até 15 de Setembro de 1979. Em 1979 foi presidente da Comissão de Integração Europeia e em 1980, antes de ser nomeado embaixador para os assuntos petrolíferos do VI governo constitucional liderado por Sá Carneiro, assumiu a presidência da Comissão de Integração Europeia. Em Junho de 1985, voltou a ter uma pasta do governo, tendo sido nomeado por Cavaco Silva ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou durante dois anos. Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Governo aprova proibição de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos



O Conselho de Ministros aprovou, dia de 23 de Abril, a nova lei do álcool, proibindo o consumo de bebidas alcoólicas a todos os menores de 18 anos, independentemente do tipo de bebida. A lei actual prevê uma diferenciação entre as bebidas espirituosas, permitidas só a partir dos 18 anos, e restantes bebidas alcoólicas, que podem ser consumidas a partir dos 16 anos. A medida altera o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, tal como decorreu da avaliação prevista na legislação em vigor desde 2013.

Em conferência de imprensa no final da reunião do Conselho de Ministros, o titular da pasta da Saúde, Paulo Macedo, indicou que a revisão agora aprovada “uniformiza a proibição de venda de bebidas a menores, independentemente do tipo de álcool”. “Na sequência da revisão, esta nova legislação permitirá uma melhor fiscalização e uma mensagem mais clara nos espaços públicos e no acesso a bebidas pelos adolescentes”, sublinhou Paulo Macedo.

O Conselho de Ministros aprovou também a revisão da lei do Tabaco, que prevê a proibição do cigarro electrónico com nicotina e de fumar em todos os espaços públicos fechados. O Governo “aprovou uma proposta de lei para a protecção dos cidadãos a exposição involuntária ao fumo do tabaco e para a redução da procura relacionada com a dependência, bem como para a cessação do seu consumo e reforço da informação

disponível para os consumidores”, segundo o comunicado da Presidência do Conselho de ministros (PCM). De acordo com a proposta, que transpõe duas directivas da União Europeia, é determinada a proibição de fumar nas áreas com serviço em todos os estabelecimentos de restauração e de bebidas, incluindo nos recintos de diversão, nos casinos, bingos, salas de jogos e outro tipo de recintos destinados a espectáculos de natureza não artística.

O ministro da Saúde, Paulo Macedo, lembra que esta proposta acontece passados oito anos da lei vigente do tabaco. Os três principais objectivos são proteger os cidadãos da exposição involuntária ao fumo, proteger os próprios fumadores e promover uma protecção adicional através de maior informação. Assim, de acordo com o ministro, os maços de cigarros deixam de ter advertências em forma de texto e passam a ter imagens dissuasoras, serão eliminados aspectos de “natureza subjectiva” como a menção a “light” ou “suave”, e os produtos de tabaco com aromas distintivos, por exemplo mentol, vão passar a ser proibidos.

Vai ser ainda reforçado o combate ao tráfico de tabaco e serão regulamentados os cigarros electrónicos, com a proibição da sua venda através da internet. A proposta de lei tem previsto um período de moratória de 5 anos, até 2020, para se adaptarem os espaços públicos que investiram em obras para serem espaços com fumo.



Conselho de Ministros de 23 de Abril de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou o Programa de Estabilidade 2015-2019 e o Programa Nacional de Reformas 2015.
2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei para a protecção dos cidadãos à exposição involuntária ao fumo do tabaco e para a redução da procura relacionada com a dependência, bem como para a cessação do seu consumo, reforçando a informação disponível para os consumidores.

São transpostas duas directivas da União Europeia, uma relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e uma segunda directiva que estabelece a biblioteca de advertências ilustradas a utilizar em produtos do tabaco.

É determinada a proibição de fumar nas áreas com serviço em todos os estabelecimentos de restauração e de bebidas, incluindo nos recintos de diversão, nos casinos, bingos, salas de jogo e outro tipo de recintos destinados a espectáculos de natureza não artística, sendo esta proibição também aplicada à utilização de cigarros electrónicos com nicotina.

A fim de salvaguardar investimentos já realizados, institui-se um período transitório, até final de 2020, para a entrada em vigor da proibição total de fumar nos estabelecimentos de restauração ou bebidas que já tenham espaços destinados a fumadores, nos moldes da legislação anterior.

A proposta de lei agora aprovada institui a obrigatoriedade de existência de respostas no Serviço Nacional de Saúde de apoio às pessoas fumadoras que necessitem de apoio para deixar de fumar.
3. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, tal como decorreu da avaliação prevista na legislação em vigor desde 2013.

Passa a ser proibido facultar, independentemente de objectivos comerciais, ou vender bebidas alcoólicas a menores, bem como coloca-las à sua disposição com objectivos comerciais, em locais públicos e em locais abertos ao público.

Esta medida não tem como objectivo sancionar ou penalizar o consumo, mas sim colocar barreiras ao acesso a bebidas alcoólicas por adolescentes, adoptando as recomendações dos organismos especializados nacionais e internacionais, como a Organização Mundial de Saúde.
4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Programa de Emprego e Apoio, criando a marca entidade empregadora inclusiva, reforçando os apoios à qualificação, aos centros de recursos e ao emprego apoiado, bem como ajustando algumas matérias em função da implementação do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

A Marca Entidade Empregadora Inclusiva é uma nova medida de sensibilização da opinião pública para as questões da empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade.

A Marca Entidade Empregadora Inclusiva, que substitui o Prémio de Mérito, visa renovar e revitalizar o programa que estava em curso, promovendo o reconhecimento e distinção pública de práticas de gestão abertas e inclusivas, desenvolvidas por entidades empregadoras, captando o seu maior envolvimento, relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade.
5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respectivo pessoal dirigente.

São definidas as competências dos conselhos metropolitanos e dos conselhos intermunicipais, bem como da comissão executiva metropolitana e do secretariado executivo intermunicipal e do pessoal dirigente.

No que se refere ao sistema de requalificação de trabalhadores, cujo regime geral consta da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, as competências em matéria de requalificação são, ao nível autárquico, exercidas pelas entidades gestoras para a requalificação nas autarquias, as quais passam a ser assumidas pelas entidades intermunicipais.
6. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime jurídico aplicável à Finangeste - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A., adaptando os respectivos estatutos ao Código das Sociedades Comerciais.

É revogada a norma que qualifica a Finangeste como sociedade financeira, sendo também revogados os seus estatutos.

Pretende-se que no prazo de seis meses os órgãos competentes da sociedade procedam à adequação, aprovação e registo dos respectivos estatutos, em conformidade com as regras constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Esta opção tem em vista a preparação da operação de alienação do capital social da Finangeste, concretizando-se assim a alienação da participação detida pelo acionista Banco de Portugal.
7. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico das sociedades financeiras de crédito e altera os regimes jurídicos das sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring e sociedades de garantia mútua, no que respeita à forma jurídica e às formas de financiamento das respectivas actividades.

Mantém-se o actual limite da emissão de obrigações até ao quádruplo dos seus capitais próprios, ajustando-se a redacção das respectivas normas a essa realidade. Tendo em conta a actividade que estas sociedades financeiras desempenham, introduz-se ainda a obrigatoriedade de as referidas sociedades financeiras adoptarem a forma de sociedade anónima.

Pretende-se que as sociedades financeiras de crédito tenham um âmbito alargado, podendo prosseguir as actividades permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis do público e da prestação de serviços de pagamento e de emissão de moeda electrónica.

Este tipo de sociedades permitirá, assim, reagrupar numa única entidade jurídica a prossecução de actividades financeiras desenvolvidas de forma dispersa pelas restantes sociedades financeiras, anteriormente classificadas como instituições de crédito.
8. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia, que altera um conjunto de anteriores directivas, relativa à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.

Esta decisão obriga, assim, à alteração dos diplomas que deram corpo à transposição das directivas anteriores, diplomas esses relativos às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, às prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e ainda o diploma sobre a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.
9. O Conselho de Ministros aprovou a criação da estrutura de missão de apoio ao Curador do Beneficiário dos fundos europeus estruturais e de investimento, que integra os órgãos de governação do ciclo de programação do Portugal 2020.

O Curador do Beneficiário tem por missão receber e apreciar queixas apresentadas pelos beneficiários dos fundos europeus e emitir recomendações sobre elas, bem como propor a adopção de medidas que contribuam para a melhoria do funcionamento da administração dos fundos europeus estruturais e de investimento.
10. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução sobre a Decisão do Conselho da União Europeia relativa ao sistema de recursos próprios da UE.

Esta Decisão tem por objectivo aplicar as conclusões sobre o financiamento do orçamento da União Europeia estabelecidas no Conselho Europeu de 7 e 8 Fevereiro de 2013 no âmbito do acordo global sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020.

Trata-se de um instrumento jurídico indispensável para que a União Europeia possa dispor dos recursos necessários ao financiamento do seu orçamento e à execução das suas políticas, devendo o sistema de recursos próprios pautar-se pelos objectivos gerais de simplicidade, transparência e equidade.
11. O Conselho de Ministros aprovou a designação do Fiscal Único da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça, por um período de três anos, não renovável.
12. O Conselho de Ministros aprovou também a designação de um vogal executivo da comissão directiva do programa operacional temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta designação.
13. O Conselho de Ministros aprovou ainda a designação de um vogal do conselho de administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

O novo vogal é nomeado em substituição, por mera conveniência, devendo completar o mandato em curso do actual conselho de administração.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta designação.

“Sinais muito claros de actividade económica”

O deputado do PSD Duarte Pacheco mostrou-se satisfeito com “sinais muito claros de actividade económica”, ao comentar a síntese da execução orçamental até Março da Direcção-Geral do Orçamento (DGO), especificamente nas receitas de IVA. “Temos satisfação pelo facto de ser visível a melhoria situação orçamental, nomeadamente em termos de excedente primário, com recuperação da receita fiscal, especialmente nos impostos indirectos, como o IVA. São sinais muito claros de actividade económica e é algo de muito positivo para a nossa economia”, declarou o parlamentar social-democrata.

O Estado arrecadou quase 9.000 milhões de euros em impostos no primeiro trimestre do ano, mais 5,3 por cento do que no período homólogo, devido ao aumento dos impostos indirectos, destacando-se a receita líquida de IVA (Imposto de Valor Acrescentado), do ISP (Imposto Sobre Produtos Petrolíferos) do ISV (Imposto sobre Veículos), do IT (Imposto sobre o Tabaco) e do IUC (Imposto Único de Circulação).

As receitas líquidas de IVA cresceram 10,7 por cento para os 3.984,2 milhões de euros entre Janeiro e Março deste ano e em termos homólogos, escrevendo a DGO que a receita deste imposto “continua a evidenciar a recuperação da actividade económica e a crescente eficácia das novas medidas de combate à fraude e evasão fiscais”.

“Globalmente, assistimos a uma recuperação, em linha com o expectável, mantendo-se a confiança de que as metas serão cumpridas, ainda este ano, e de que Portugal sairá do lote de estados-membros com procedimentos por défice excessivo”, afirmou Duarte Pacheco.

O défice das administrações públicas atingiu 709,8 milhões de euros até Março em contas públicas, um saldo negativo que, no universo comparável, representa uma “ligeira deterioração”, de quase 40 milhões de euros, face ao período homólogo, também segundo a DGO.

O deputado social-democrata atribuiu o aumento do défice a juros pagos em Fevereiro, devido à sua calendarização, algo que “não se repercutirá noutros



meses” e também a pagamentos feitos junto de “hospitais, com os quais há contratos”, defendendo não se tratar de “um aumento, mas de um adiantamento”, igualmente sem repetição ao longo do ano.

O facto de as receitas de IRS se manterem em linha com o período homólogo foi justificado pelo deputado do PSD com a introdução do quociente familiar e a previsível menor receita do Estado face a agregados familiares com menores a cargo.

PS defende o plafonamento da Segurança Social



O PSD acusa o PS de propor de forma envergonhada o plafonamento - a introdução de limites máximos - das contribuições para a Segurança Social. Esta discussão aconteceu durante o debate parlamentar sobre o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas do Governo, que o executivo e a maioria PSD/CDS-PP aproveitaram para criticar o plano macroeconómico do PS, dia 22.

O social-democrata Adão Silva alegou que “há um conceito que paira como um fantasma nesse documento”, mas que os socialistas “se envergonham de referir”, que se chama “plafonamento das contribuições da Segurança Social”. O socialista Vieira da Silva respondeu-lhe que estava a imaginar um “moinho de vento”, afirmando que “não está lá o plafonamento”.

Pela maioria PSD/CDS-PP, o deputado social-democrata Duarte Pacheco defendeu que “é preciso manter o rumo” e centrou o seu discurso no plano macroeconómico do PS, que comparou ao de alguém que quer “fazer uma festa grande, e depois alguém a há-de pagar”.

Segundo Duarte Pacheco, esse caminho pode conduzir à “ruptura financeira” e a “um novo resgate”, mas os portugueses não confiarão no plano do PS: “Quando a esmola é grande, o pobre desconfia”.

Prestação de contas do Governo Regional é pura ilusão

O PSD/Terceira acusa o Governo Regional socialista de “iludir” novamente os açorianos, referindo-se a uma “revista de pura propaganda”, distribuída pelos lares da Região, “que só mostra um governo esgotado e sem ideias, que tem de recorrer a este tipo de publicidade para criar ilusões aos cidadãos. O governo do PS já não consegue cumprir os requisitos dos açorianos”, disse António Ventura.

O presidente da comissão política de ilha considera que a referida revista “é uma opção do governo pela publicidade enganosa e pela continuada omissão. Quando a realidade é uma coisa e o discurso dos governantes outra, os cidadãos acabam por sentir-se defraudados e enganados”, referiu.

Segundo António Ventura, a revista “Prestar Contas” deveria referir aos terceirenses “o que o PS prometeu para a Terceira e não cumpriu. Como a instalação da radioterapia no Hospital de Angra do Heroísmo, a construção de um Parque Tecnológico e de um Centro de Exposições. O PS prometeu e ainda não conseguiu construir a nova Biblioteca de Angra, não cumpriu com a construção de um cais de cruzeiros, com a melhoria das condições de operacionalidade e a gare de passageiros no porto da Praia, nem com o projecto geotérmico para a Terceira”, lembrou.

O dirigente social-democrata avançou que “não faltam exemplos de promessas feitas pelo PS que estão a ser continuamente adiadas na Ilha Terceira. São anos de incumprimento, e agora algumas dessas promessas, habilmente, incluídas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”, criticou.

“Existem outros balanços que não entram no “Prestar Contas” do Governo Regional, como os mais de 1000 terceirenses que esperam por uma intervenção cirúrgica, os muitos desempregados da ilha, ou ainda o facto de metade dos terceirenses não ter médico de família”, lembrou.

António Ventura enunciou ainda as queixas “dos lavradores desesperados com o fim das quotas. Porque temos na Terceira uma grave crise no sector dos lactínios, com o preço do leite pago ao produtor a atingir



níveis inferiores aos custos de produção”. “Também não entram na contabilidade socialista os pescadores que ganham menos de 100 euros mensais, nem as muitas empresas privadas que esperam que o Governo Regional lhes pague o que deve”, acrescentou.

“É um escândalo que, perante as dramáticas preocupações sociais e económicas na Ilha Terceira, o Governo Regional tenha construído um Centro de Artes Contemporâneas no valor de 13 milhões de euros e um museu chamado “Casa da autonomia”, que vai custar 3 milhões de euros”, disse.

Adequar os apoios à habitação para os jovens

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela ilha de São Miguel defendem uma melhor adequação dos apoios à habitação, nomeadamente, “de forma a responder às necessidades dos jovens”. “Verifica-se que muitos jovens não conseguem aceder ao crédito bancário e têm grandes dificuldades para conseguir adquirir habitação própria”, consideraram os deputados do PSD/Açores, indicando que o partido “vai analisar possíveis soluções para este tipo de problemas”. Esta necessidade foi identificada durante uma visita dos parlamentares sociais-democratas açorianos à freguesia do Pico da Pedra, na Ribeira Grande, dia 22. Os deputados do PSD/Açores reuniram com a junta de freguesia local, com instituições particulares de solidariedade social e com empresas da localidade.

Para os deputados do PSD/Açores, “a freguesia do Pico da Pedra assim como as instituições particulares de solidariedade social têm demonstrado grande capacidade empreendedora”. “Verifica-se que existem boas instalações e um bom serviço de proximidade com as populações que deve ser apoiado e incentivado”.

A esse propósito, os sociais-democratas recordam que ainda recentemente apresentaram no parlamento regional várias propostas que pretendem responder a esta situação, como é o caso da dinamização de um rede social local ou o alargamento do apoio domiciliário aos domingos e feriados.

Os deputados sociais-democratas açorianos visitaram igualmente a Cimentação. Nesta deslocação, referem, “a redução acentuada da actividade da empresa comprova o mau momento que a economia açoriana está a atravessar e a necessidade de encontrar respostas para a sua dinamização”.



Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

CAVACO SILVA NO ALENTEJO

O PROGRESSO É A BANDEIRA DO GOVERNO



O Primeiro-Ministro entregando títulos de terras

• Entregues 80 parcelas de terras a pequenos e médios agricultores na sua maioria jovens

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva afirmou, no sábado, que «algumas forças políticas preferem a continuidade da crise ao desenvolvimento e progresso do país».

Cavaco Silva falava na cerimónia de entrega de despachos de arrendamento de terras a 59 pequenos e médios agricultores do concelho de Odemira, no baixo Alentejo.

Na opinião do chefe do Executivo, «algumas forças políticas prefeririam que continuasse a crise em Portugal, que os preços continuassem incontrollados e que o desemprego e os sa-

lários em atraso aumentassem».

«Essas forças vêem nisso uma bandeira para afirmarem os seus propósitos políticos» — disse Cavaco Silva, salientando que «a bandeira do Governo é a do progresso, procurando resolver os problemas dos mais desfavorecidos».

Depois de sublinhar que «o Governo está a cumprir o que prometeu», o primeiro-ministro afirmou que o executivo a que preside «não vai desistir, nem alterar em um milímetro a sua linha de rumo».

Com esta cerimónia, se-
(Continua na pág. 3)

II CONGRESSO NACIONAL DOS TSD CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do ponto 2 do artigo n.º 29 dos Estatutos e conforme o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado em Conselho Nacional do passado dia 9/11/85, convoco o II Congresso Nacional dos TSD a realizar nos próximos dias 11, 12 e 13 de Abril, no Vimeiro, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório de actividades do Secretariado Nacional.
2. Alteração dos Estatutos.
3. Estratégia e linha político-sindical.
4. Eleição dos órgãos nacionais.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1986

O Presidente da Mesa do Congresso
(Joaquim Fernandes Marques)

Saindo mais uma vez reforçado

PSD É UM REFERENCIAL DE ESTABILIDADE E DE ESPERANÇA

A Comissão Nacional do PSD reunida no passado dia 21 para análise dos resultados eleitorais:

Saúda o Prof. Freitas do Amaral — candidato que o PSD empenhadamente apoiou — pela forma patriótica e digna como foi conduzida a sua campanha eleitoral e ainda pela elevação de que se revestiram as palavras que na noite do escrutínio dirigiu aos Portugueses.

Saúda os milhões de Portugueses que votaram no Prof. Freitas do Amaral e em particular os militantes e simpatizantes do PSD que com entusiasmo se em-

penharam na sua candidatura.

Saúda os jovens — em particular a Juventude Social Democrata — que fizeram da campanha eleitoral do Prof. Freitas do Amaral uma jornada de grande mobilização colectiva e são alegria, assim demonstrando que nela podem os Portugueses depositar a esperança de um Portugal sempre livre, mais moderno, próspero e justo.

Saúda o Presidente eleito fazendo votos para que exerça o seu mandato em benefício do País e de todos os Portugueses.

Considera que destas eleições o PSD sai mais

uma vez reforçado, porquanto delas se pode concluir que o PSD é um referencial de estabilidade e de esperança para um número sempre crescente de Portugueses, e nessa medida, é cada vez mais, o maior Partido Português.

Reafirma a sua inteira solidariedade ao Governo do Prof. Cavaco Silva no qual depositam hoje os Portugueses fundadas esperanças de um amanhã mais feliz, porque mais próspero e com melhores condições de vida para todos, em particular os mais desprotegidos.

A Comissão Política Nacional do PSD estranha a

convergência de posições e de linguagem do Partido Socialista com o Partido Comunista, que se traduzem num claro e irresponsável ataque ao PSD, ao Governo e ao seu Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva.

O PSD espera do Partido Socialista que assuma as suas responsabilidades de Partido Democrático, e como tal não enjeite a sua co-responsabilidade, como Partido da oposição Parlamentar nas tarefas de construção de um Portugal mais próspero e mais justo, em que o Governo tanto está empenhado.



Agenda de Valor

Jaime Quesado (*)

O Programa “Pólos de Competitividade”, estratégico para o desenvolvimento do país constitui uma aposta central na aplicação de um novo Modelo Estratégico para a Economia Portuguesa. Em tempo de profunda crise internacional, com a maior parte dos sectores de actividade confrontados com falta de perspectivas de recuperação, a dinamização deste Projecto é essencial. Os “Pólos de Competitividade”, como projectos integrados de base regional, acabam por ser um importante teste à capacidade de encontrar novas soluções associadas à Inovação e Conhecimento, criando condições para uma nova aposta para o futuro.

Os actores económicos e sociais (Municípios, Universidades, Associações Empresariais, entre outros) na apresentação de soluções estratégicas para os Pólos de Competitividade acabaram por ser uma surpresa positiva. Desde o “Health Cluster” ao Automóvel e às TIC, entre outros, todos os protagonistas do conhecimento vieram a jogo. Trata-se dum movimento de “aglomeração de base” da sociedade civil, numa lógica de “eficiência colectiva” em que a capacidade regional de afirmar capacidades numa lógica mais global vem ao de cima. Os objectivos estratégicos dos Pólos são claramente um exemplo de exame à capacidade efectiva dos territórios de “agarrarem” o desafio da Competitividade numa forma estruturada e coerente.

O sucesso dos Pólos de Competitividade é fundamental para o futuro do país. É um objectivo que não se concretiza meramente por decreto. É fundamental que a sociedade civil agarre de forma convicta este desígnio e faça da criação destas “Novas Plataformas de Competitividade” a verdadeira aposta estratégica colectiva para os próximos anos. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro desígnio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento económico. Inovação, Conhecimento e Criatividade são as palavras-chave de uma estratégia centrada na criação de valor Global com efeito no Emprego e Riqueza.

O papel do Investimento Directo Estrangeiro de Inovação, articulado com Universidades e outros Centros de Competência, vai ser decisivo nesta área e ao Estado caberá a inelutável missão de regular com rigor e sentido estratégico. Mas a chave do segredo estará na capacidade local de fazer a diferença. Os Actores da Competitividade (Municípios, Universidades, Associações Empresariais) terão que saber desenvolver um verdadeiro “pacto estratégico” para o futuro do seu território. E as opções terão que ser claramente assumidas. Por isso, impõe-se que rapidamente este Projecto Estratégico passe para a Agenda da Competitividade e Crescimento. Competir com Valor é a única opção que se impõe nos próximos tempos complexos que se desenham no futuro mais próximo.

(*) **Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade**



A ilusão do milagre cor-de-rosa

Rosa Arezes (*)

Não vou discutir o mérito ou demérito do documento “Uma década para Portugal”, que o Partido Socialista acaba de divulgar. Vou, isso sim, centrar-me em incongruências da gente do Largo do Rato e no seu modus operandi. No seu tacticismo eleitoralista e na sua incapacidade de colocar os interesses de Portugal acima de tudo.

Senão vejamos! A apresentação do estudo foi meticulosamente preparada sob os pontos de vista político e mediático. Aí estava o cenário macroeconómico socialista, verdadeiro referencial de um programa de Governo que promete trazer de volta a fartura da “terra prometida”. Mas logo se foi passando a mensagem de que não era a “Bíblia”, mas apenas um instrumento de trabalho da autoria de 12 economistas, que nem sequer são os “apóstolos”...

Mais uma vez, a gente do Rato é igual a si própria, isto é, especialista em navegação à vista. Toca a ver as reacções, a ouvir os poderes instalados, os grupos de pressão, a opinião publicada e todos aqueles setores que Bordalo Pinheiro ilustrou de uma forma insuperável. Para depois fazer a síntese e semear cada vez mais ilusões, prometendo o paraíso cor-de-rosa.

Mais uma vez, para a gente do Rato o que interessa não é Portugal acima de tudo. O que interessa é ganhar as eleições e depois logo se vê! Foi assim em 2009. Só para ganhar eleições, mesmo com o País já em pré-bancarota, desceu a taxa normal do IVA e aumentou os salários na função pública em 2,9%. E, no mesmo ano, logo após a vitória, a mesma gente decidiu que os mesmos funcionários passariam a ter um corte até 10% no seu vencimento.

A receita agora anunciada continua a mesma do passado: aumentar o rendimento disponível, esperando que, ao apostarem no consumo, a economia cresça como nunca se viu e assim se cubra o agravamento brutal do défice entretanto gerado. Continuam a acreditar na matriz que levou Portugal ao abismo: mais investimento público desregrado, mais despesa e endividamento, mais Estado na economia. Em suma, outra vez a Festa Socialista!

E se a receita não funcionar com o otimismo e vigor anunciados? Tal como não funcionou no tempo dos dois anteriores Governos, em que injetaram na economia fortunas colossais de dinheiros públicos e a verdade é que o desemprego atingiu os dois dígitos e o País foi definhando até ao abismo da bancarota?

Só que tudo isto é conversa que não interessa à gente do Rato. Agora o que convém é a ilusão generosa de mais um milagre cor-de-rosa. O que interessa agora é baixar a TSU, ainda que isso tenha reflexos negativos na sustentabilidade da Segurança Social e implique cortes nas pensões futuras. Mas isso é só daqui a uns anos... Tal como as famigeradas PPP que diziam não ter custos para os contribuintes e que, afinal, passados uns tempos, se revelaram sorvedouros de dinheiro e exemplos perfeitos de negócios ruinosos.

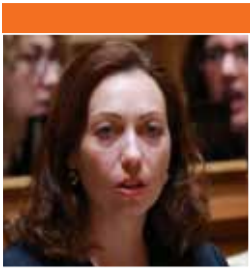
É assim a gente do Rato. Nestes 40 anos, conseguiram a marca miserável de terem levado três vezes o País à iminência da bancarota. Porque apenas lhes interessa o facilitismo do imediato e os cálculos eleitorais do agora. Foi assim no tempo dos famosos “anos perdidos”. E foi assim no tempo do consulado do último Primeiro-Ministro, de quem o atual pretendente ao cargo foi braço-direito.

Não deixa, aliás, de ser notável que Paulo Trigo Pereira, um dos economistas mais mediáticos do grupo dos 12 sábios que elaborou o documento, venha dizer que, “se o PS mantiver a cultura que teve no passado, não se consegue implementar isto.”

Convenhamos que é pedir demais. O cenário macroeconómico não é uma “Bíblia” e os economistas não são os “apóstolos”. Faltou dizer que Costa também não é o “Salvador” disto tudo, porque ele jamais conseguirá fazer a quadratura do círculo.

(In)felizmente, os Portugueses já conhecem as penosas consequências da apregoada festa socialista. Depois do heroico trabalho dos últimos quatro anos, sabem bem que mais vale a verdade e o rigor do que a ilusão cor-de-rosa.

(*) **Deputada do PSD**



Redução de Multas nas Portagens – Alterações à Lei

Carina Oliveira (*)

A resolução dos problemas dos cidadãos é o que move o PSD. Esse objectivo faz parte do ADN do nosso partido e visa a mudança da vida das pessoas para melhor.

A motivação para apresentação destas alterações ao regime de cobrança de multas das portagens nas auto-estradas (sejam com portagem real ou virtual) resulta de situações que importavam corrigir para tornar o sistema mais justo, mais eficiente e mais equilibrado para o cidadão.

O diploma tem alterações importantes a dois níveis: primeiro, ao instituir um período de regularização excepcional de dívidas; e, segundo, ao dispor novas regras para as infracções praticadas no futuro. Claro, o utilizador cumpridor, que paga de forma atempada as portagens, não é afectado pelo processo contra-ordenacional, mas esta Lei é, ainda assim, de grande importância para cidadãos e empresas. Vejamos! Para começar, há uma dispensa ou redução de juros de mora, de juros compensatórios e das custas do processo, caso se proceda ao pagamento total ou parcial da dívida. Depois, a nova Lei traz modificações para simplificar o próprio processo, tornando-o menos burocrático e também mais justo, já que acaba o efeito multiplicador verificado na acumulação pela apensação de processos. Por outro lado, o valor fixado como coima mínima será reduzido, passando de dez vezes a 7,5 vezes o valor da portagem em falta. Além disso, o novo regime define para uma única coima todas as infracções praticadas pela mesma pessoa, no mesmo veículo, no mesmo dia e na mesma infra-estrutura rodoviária, o que resulta, obviamente, numa redução dos montantes das coimas bem como dos custos administrativos. Por último, o proprietário do veículo ou o infractor terão mais tempo para pagar voluntariamente o valor da taxa da portagem sem que seja instaurado o processo – 30 dias úteis.

Depois da teia complexa em que o PS transformou o panorama rodoviário português - com estradas que nunca se pagarão a si mesmas, com auto-estradas “modernas”, ao invés de conservar as existentes, com custos incombustíveis em todo este contexto -, o PSD tem feito tudo para conseguir resolver problemas e encontrar soluções que não onerem mais o cidadão.

(*) Deputada do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CHAMUSCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Chamusca, para reunir, no próximo dia 01 de Junho de 2015 (segunda-feira), pelas 19h30, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h30 às 21h30.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Covilhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 18h00, na nova sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 - 1º Dtº - Covilhã, e com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da actividade da Comissão Política de Secção

2 - Aprovação das contas e Orçamento da CPS/Covilhã (Artº 53º nº 2, alínea d) dos Estatutos

3 - Actividade autárquica

4 - Outros assuntos

IDANHA -A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Idanha-a-Nova, para reunir, no próximo dia 27 de Junho de 2015 (Sábado), pelas 15h00, no Edifício Manuel Valente Rego - Lugar de

Ciprestes - Idanha - a - Nova, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos órgãos de Secção

- Comissão Política de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na morada indicada, entre as 21h00 e as 24h00, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00.

LEIRIA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Maio de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede Distrital, sita na Av. José Jardim, nº 32 -Leiria, e com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política.

2 - Outros assuntos

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia DE Secção de Loulé, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Maio de 2015, (segunda-feira) pelas 20h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política.

2 - Aprovação das contas do PSD/Loulé, relativas ao exercício de 2015, conforme alínea d) do artigo 53º dos Estatutos.

3 - Outros assuntos

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30, na Sala António Cardoso da sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir, no próximo dia 08 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na no Largo Dr. Vieira de Araújo,

com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações gerais da comissão política

2 - Análise da situação política nacional e local

2 - Outras informações



CONSELHO DISTRIAL JSD COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra a reunir no próximo dia 22 de Maio de 2015, sexta-feira, pelas 21h30, no Auditório das ruínas de Conimbriga, Condeixa-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Análise da situação política;

- Preparação das eleições legislativas;

- Outros assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no próximo dia 1 de Junho de 2015, (Segunda-feira), pelas 18 horas, no Parque Residencial do Almirante, sito na Rua Diogo Cão, n.º 2 - Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição para os Órgãos da JSD Concelhia de Loures.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A entrega das listas no local na Sede do PSD Distrital de Lisboa, sito na Praça São João Bosco, n.º 3, em Lisboa.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata do Porto para reunir no dia 29 de maio de 2015, pelas 21 horas, na sede do PSD Distrital do Porto, sita na Rua

Guerra Junqueiro, 64 (4150-386 Porto), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios da JSD Porto

Notas:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD Distrital do Porto, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

(POR LAPSO, A SEGUINTE CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR)

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Porto para reunir no dia 2 de Maio, pelas 16h30, na Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, sita na Rua Rainha D. Leonor, 123 (4480 - 247 VILA DO CONDE), com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no próximo dia 30 de Maio de 2015, (Sábado), pelas 16 horas, na Rua da Praia, n.º 63, em Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição para os Órgãos da JSD Concelhia de Vila Franca de Xira.

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h00m às 20 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A entrega das listas no local na Sede do PSD Distrital de Lisboa, sito na Praça São João Bosco, n.º 3, em Lisboa.